

Debate e Encaminhamentos da Reunião ampliada da Comissão Sindical Nacional do PCdoB

A **reunião da Comissão Sindical Nacional**, ampliada com a participação dos secretários sindicais estaduais e coordenadores de frações nacionais, foi realizada no **dia 6 de maio de 2020** (videoconferência) e contou com a participação de 40 camaradas de 16 estados.

A pauta da reunião foi atualização de conjuntura, com ênfase na luta contra o governo Bolsonaro em meio a uma pandemia, avaliação do 1º de Maio Unitário, informes dos Estados, de categorias e do Fórum das Centrais, e propostas de encaminhamentos.

Houve grande convergência na caracterização das **quatro crises simultâneas no país (sanitária, social, econômica e política)** e a necessidade, em resposta às crises, de construir, em todas as áreas, uma **frente ampla de salvação nacional contra o governo Bolsonaro**.

As crises sanitária e social atingem grau de dramaticidade. A pandemia da Covid-19, por exemplo, ainda não chegou ao pico e já atingiu mais de 100 mil pessoas e matou mais de 7 mil. Em muitos lugares o sistema de saúde já entrou em colapso.

A tragédia social pode ser medida pelos 97 milhões de pedidos de renda emergencial, mais da metade da população adulta do país, pelas longas filas nas agências da CEF em busca do benefício, onde as pessoas expõem suas vidas em busca de um valor que pelo menos garanta a sobrevivência.

Outro aspecto destacado foram as consequências econômicas da crise. O Brasil já vem, desde 2014, com recessão e estagnação econômica. Agora, marcha rumo à depressão econômica, a mais grave e dura da história do país.

Além dos **12,9 milhões de desempregados e 27,6 milhões de subutilizados** (IBGE trimestre jan/fev/mar/2020), prevê-se uma queda em torno de 10% do PIB. Com isso, o Brasil pode dobrar os indicadores de desemprego e ficar à beira de uma convulsão social.

Nesse rumo, as perspectivas para este ano e para o próximo são todas negativas. Apontam para um empobrecimento em larga escala, aumento do desemprego, diminuição de salários e de direitos, quebradeira de micro, pequena e médias empresas, justamente as que mais empregam.

Em meio a todas essas dificuldades, o país ainda suporta um desgoverno de extrema direita. Em vez de enfrentar a pandemia e a crise, Bolsonaro parte para o confronto contra o Congresso, o STF, os governadores, a OMS e as autoridades de saúde. Além disso, estimula grupos fascistas no ataque à ordem constitucional e à democracia.

A resistência ao governo e às suas medidas vai se ampliando. Mesmo com uma correlação de forças difícil, o movimento sindical tem se mobilizado e articulado, de forma ampla e unitária, para assegurar direitos.

Um marco importante destas lutas foi a **vitoriosa realização do 1º de Maio**, pela primeira vez realizado por meios digitais, rádio e TV, alcançando audiência de milhões. **A amplitude do ato marcou a concretização, na prática, de uma grande frente ampla.**

Manifestações como o ato virtual do 1º de Maio são uma saída criativa para driblar as limitações da pandemia, já que formas tradicionais de luta, como greves, manifestações, passeatas, etc, estão temporariamente suspensas.

Adotando novas formas de resistência e ampliando contatos com o Congresso, governadores e outras instituições, o movimento sindical tem logrado alcançar algumas vitórias. Mesmo parciais, não podem ser subestimadas.

Combinando pressão e articulação política, conseguiu-se alguns avanços e redução danos no parlamento. Exemplos:

- 1) Aumento de R\$ 200,00 para **R\$ 600,00 (40,8 milhões de beneficiados) e R\$ 1.200,00 (9,2 milhões de beneficiados)**. Esse benefício de renda mínima emergencial, conforme já foi dito, teve 97 milhões de requerimentos, 50 milhões dos quais deferidos);
- 2) Concessão de **R\$ 120 bilhões de ajuda aos Estados e municípios (60 bi em ajuda + 60 bi de não pagamento de dívidas dos entes subnacionais com a União)**; embora sem sanção presidencial na data da reunião, o Congresso aprovou a exclusão de boa parte dos servidores do congelamento salarial proposto pelo governo;
- 3) Não votação da **MP 905/2020**, que pretendia criar a chamada “carteira de trabalho verde amarela”, uma nova modalidade de precarização do trabalho a pretexto de facilitar a contratação de jovens. A MP caducou depois de vencidos os prazos regimentais.

No período de realização da reunião, ainda estava em curso a luta para diminuir os efeitos danosos da **MP 936/2020**, que permite ao patronato, sem participação sindical, a possibilidade de suspender contratos e diminuir salários e jornadas de trabalho.

Esta MP, ainda em tramitação, até o momento já atingiu 5,4 milhões de trabalhadores, que, temendo o desemprego e sem proteção sindical, foram constrangidos a assinar individualmente redução de salários. No momento, busca-se reverter essa MP na Câmara.

Essa agenda regressiva do governo, agravada com os efeitos dramáticos da pandemia, atingem a popularidade do governo. Esse quadro de isolamento crescente do Bolsonaro é aprofundado pelas demissões dos ministros da Saúde e da Justiça.

O raio de manobra de Bolsonaro se estreita. Seu discurso só atinge aqueles 30% de fanáticos e extremistas. Nessa situação, o fantasma do impeachment começa a rondar o Palácio do Planalto.

Temeroso, Bolsonaro vê obrigado a entrar no velho jogo do toma lá dá com os caciques da chamada “velha política” (Centrão). O governo abandona o discurso de rejeição a esse tipo de política e procura construir uma base parlamentar que impeça a instalação do processo de impeachment.

Tudo somado, a temperatura política do país esquenta. Bolsonaro ameaça com a radicalização autoritária, setores da oposição e da sociedade pedem impeachment, mas a avaliação é de que ainda não estão maduras as condições para o afastamento do presidente, entre outras razões pela prioridade que deva ser dada ao combate à pandemia da Covid-19 e a não formação ainda de um consenso no Congresso sobre a matéria.

Com relação à agenda dos comunistas da frente sindical, a luta em defesa da democracia, da saúde, do emprego e dos direitos terá um momento importante a batalha eleitoral deste ano, conjugada com os esforços para avançar na estruturação do Partido entre os trabalhadores. A reunião apontou os seguintes pontos:

Desafios para o próximo período

- 1) Lutar pela construção de uma **“Frente Ampla de Salvação Nacional”** em defesa da **democracia, da saúde, do emprego e dos direitos**. Na frente sindical, esta frente se materializa no Fórum das Centrais, na participação em outras frentes de luta dos movimentos sociais e nas ações junto ao Congresso Nacional, com governadores e prefeitos, organizações da sociedade civil e instituições que defendam a democracia, o emprego e a economia nacional. O 1º de Maio foi uma materialização concreta dessa política.
- 2) **Defender o fortalecimento e mais investimentos para o SUS – Sistema Único de Saúde – Fim da Emenda Constitucional nº 95, que corta recursos para as áreas sociais** – A defesa do SUS, hoje amplamente reconhecido como essencial no enfrentamento da pandemia, deve ocupar o topo da agenda; apoiar medidas de apoio aos estados e municípios para enfrentar a pandemia, a retração econômica e a diminuição da arrecadação; essa defesa deve ser combinada com a valorização salarial e profissional dos servidores públicos;
- 3) **Apoiar e incentivar as ações das entidades sindicais na solidariedade** aos segmentos sociais mais vulneráveis, em atividades como a distribuição de cestas básicas e itens de higiene pessoal; disponibilizar espaços sindicais para acolher mulheres vítimas da violência durante o isolamento social, como ocorre na Argentina, bem como para o poder público usar esses espaços como alternativas de hospitais de campanha. Defender a continuidade do Benefício de renda

emergencial, já que os efeitos da pandemia se prolongarão por muito tempo;

- 4) **Lutar em defesa de políticas de manutenção do emprego, do salário, dos direitos e da atividade econômica**, inclusive de medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, que são as principais empregadoras do país; **defender a valorização e fortalecimento dos sindicatos como instrumentos insubstituíveis de representação dos trabalhadores**;
- 5) **Enfrentar a disputa de narrativas sobre o papel do estado e a falência do neoliberalismo e a falácia do estado mínimo; defender um estado protagonista como indutor do crescimento econômico e promotor da justiça social**; elaborar uma agenda de retomada do crescimento econômico pós-pandemia, com ênfase na geração de empregos, fortalecimento do mercado interno, reindustrialização e incentivo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, questões estratégicas para assegurar a soberania do país; combater o rentismo e defender a ação estratégica dos bancos públicos na retomada do crescimento econômico pós-pandemia, com financiamento, crédito e suporte principalmente para micro, pequenas e médias empresas;
- 6) **Organizar a participação de quadros sindicais nas eleições municipais deste ano**, com lançamento de candidaturas a vereadores competitivas, importante frente de luta para acumular forças, ampliar a representação dos trabalhadores e trabalhadoras no Parlamento; onde existir condições, lançar também candidaturas às prefeituras; incentivar os militantes sindicais a participar de forma ativa nesta batalha político-eleitoral, desde já, na pré-campanha.

Novo Papel dos Sindicatos e Organização do Partido

A reunião abordou, embora sem aprofundar, a questão de como os sindicatos devem se organizar em face das grandes mudanças no processo produtivo e dos efeitos devastadores da pandemia.

Há especificidade entre os sindicatos urbanos ou rurais, privados ou públicos. Cada caso tem suas características próprias. O tamanho da depressão econômica também deve afetar profundamente a ação sindical nos próximos anos.

De qualquer forma, um desafio importante para o sindicalismo é **ampliar o seu trabalho de base, vemos formas alternativas de organização, não limitar a organização sindical e partidária às estruturas dirigentes das entidades.**

Outra grande prioridade é a ampliação do trabalho com a juventude trabalhadora, que alcançou nova dimensão com a formação da CTB Jovem.

A CTB Jovem pode se tornar um instrumento estratégico não só para nossa atuação sindical como também para avançar na estruturação partidária entre os trabalhadores. Essa estruturação tem potencial para incorporar a juventude

trabalhadora, mesmo fora do mercado formal e sem vínculo sindical, e contribuir com a renovação da militância sindical.

Outra esfera de atuação importante e que precisa ser revigorada e apoiada é o trabalho com a mulher trabalhadora, com presença crescente no mercado de trabalho e com presença ainda defasada nos espaços sindicais, ainda predominantemente masculino.

Essas prioridades devem se apropriar das novas ferramentas digitais, que alcançaram uma verdadeira explosão, e que podem jogar um grande papel para qualificar nossa ação em três áreas estratégicas: **comunicação, formação e organização.**

Comunicação: progressivamente, os jornais, boletins e panfletos de papel das organizações sindicais serão substituídos pela comunicação virtual. WhatsApp, Facebook, Instagram e outros aplicativos. Tendem a ser o principal elo de comunicação de massa com as bases.

Em plano mais geral, o movimento sindical precisa evoluir para a construção de uma **rede nacional de comunicação**, poderoso instrumento para enfrentar em melhores condições a luta de ideias, uma batalha fundamental no país.

Formação: é enorme o potencial. Cursos, seminários, palestras e debates podem atingir milhares de pessoas, com custo baixo, uma possibilidade extraordinária para qualificar e formar novos quadros e militantes sindicais, em especial jovens.

Durante o isolamento social provocado pela pandemia da Covid 19, o fenômeno mais extraordinário foi a explosão das videoconferências. Para ficar em um só exemplo, a plataforma Zoom alcançou 300 milhões de usuários diários.

As videoconferências, plenárias, reuniões, cursos podem cumprir um papel importante na massificação da formação, com possibilidades de adaptar horários que facilitem a participação não só de dirigentes, mas também de militantes e ativistas de base.

Organização: um problema complexo, principalmente com a propaganda desenfreada do individualismo, é a organização dos trabalhadores. São múltiplos os casos, cada um deles demandando solução própria.

O mercado de trabalho no Brasil é precário e bastante diversificado. Combina trabalho formal e informal, um avanço acentuado da descentralização das atividades produtivas, crescimento exponencial do trabalho individual ou por conta própria.

Para organizar os trabalhadores neste mosaico de situações, precisa ter uma agenda diversificada para dialogar com os diferentes segmentos, bem como procurar organizar os trabalhadores nos seus locais de trabalho, de moradia e de estudo.

Em alguns casos, em outros espaços de convivência dos trabalhadores (igrejas, clubes, centros culturais, esportivos, de lazer, etc). Para essa diversidade, as ferramentas digitais podem ocupar o papel destacado na organização dos trabalhadores.

Para passar em revista todas estas questões, foi proposta na reunião a realização de um **Encontro Sindical Nacional Extraordinário Virtual**. A data sugerida foi a primeira semana de junho. A agenda, a data e os participantes serão definidos posteriormente.

SECRETARIA SINDICAL NACIONAL